

**Os vínculos dos intelectuais orgânicos do capital presentes no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em outras agências da sociedade política (2003-2010)**

**ANDRÉ PEREIRA GUIOT\***

### **1.0 – Sumária apresentação do CDES**

O CDES é um órgão do aparelho estatal criado em 1º janeiro de 2003 pela medida provisória nº 103, na ocasião da posse de Lula da Silva na Presidência da República. Regulamentado pela lei 10.683/03, o CDES foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico (SEDES) que tinha como um dos objetivos “coordenar e secretariar o funcionamento do CDES, visando promover a articulação da sociedade civil organizada para a consecução de um modelo de desenvolvimento capaz de configurar um novo e amplo contrato social”.<sup>1</sup>

De acordo com o marco legal, compunha a plenária do CDES, além do Presidente, 17 ministros de Estado e 90 representantes da sociedade civil (conselheiros), “de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução”.<sup>2</sup> Como órgão *consultivo* da Presidência, as plenárias realizavam-se quatro vezes ao ano e combinavam temas apresentados pelo governo e pelos conselheiros. Os conselheiros apareciam como “parceiros estratégicos”, aptos a efetuar consensos com vistas a realização das reformas e de um projeto de desenvolvimento com inclusão (BRASIL, 2003). Os objetivos legais do CDES foram definidos no artigo 8º da MP nº 103/2003:

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete **assessorar** o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo **indicações** normativas, **propostas** políticas e acordos de procedimento, e **apreciar** propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à **articulação** das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a **concertação** entre os diversos setores da sociedade nele representados.<sup>3</sup> (grifos nossos)

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisa financiada pela Capes.

<sup>1</sup> Art. 2º, §1º e §2º da lei 10683/03. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11204.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11204.htm)>

<sup>2</sup> Artigo 8º, §1º, inciso IV da lei 10683/03.

<sup>3</sup> Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2003.

## 2.0 - Estado integral e intelectuais orgânicos: breves anotações

O estudo sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) durante os governos Lula da Silva (2003-2010) objetiva engrossar as fileiras de pesquisas acadêmicas no país que se balizam na formulação teórica do marxista sardo Antonio Gramsci acerca do Estado integral ou ampliado. Para tanto, ela refuta abordagens que reproduzem *relações de exterioridades* entre Estado e classes sociais na teoria e no método de investigação histórica sob o capitalismo contemporâneo.

Gramsci se opôs, no cárcere, às manifestações políticas e teóricas derivadas da instrumentalização do Estado pelos movimentos e partidos comunistas de sua época. Dentre outras intervenções produzidas neste sentido no cárcere, destaca-se sua oposição às formulações do movimento comunista internacional (sob liderança de Stálin e seus seguidores), por ocasião da adoção linha política conhecida como “virada esquerdista” (1929-1934). A linha política adotada pela Internacional veio de encontro às táticas refletidas por Gramsci como adequadas para os caminhos revolucionários nos países do Ocidente, isto é, nas sociedades em que o avanço das forças produtivas e da socialização das formas organizativas de intervenção política precipitava avanços consideráveis.

Entendendo o Komintern que a crise econômica anunciava iminente colapso do capitalismo, destacadas lideranças do movimento anteviam a abertura necessária de uma vaga revolucionária mundial. Gramsci foi peremptoriamente contrário à iniciativa, mantendo-se fiel à tática da frente única estabelecida em 1921 por Lênin e abandonada inteiramente pelo Komintern em 1928. Contudo, Gramsci a retoma reelaborando-a sob o desenvolvimento da “hegemonia política” (COUTINHO, 2003: 150-151 e 157-160; VACCA, 2012: 142-143)

Parece-me que Ilitch havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num breve espaço de tempo os exércitos podiam acumular quantidades enormes de munição, onde os quadros sociais eram por si sós ainda capazes de se tornarem trincheiras municiauíssimas. Parece-me este o significado da fórmula da “frente única” (...) Só que Ilitch não teve tempo de aprofundar sua fórmula, mesmo considerando que ele só podia aprofundá-la teoricamente, quando, ao contrário, a tarefa fundamental era nacional, isto é, **exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil** (GRAMSCI, 2002: 262, grifos meus).

Dando novas roupagens à categoria “sociedade civil” em Marx, Engels e Lênin, ampliando-a ao analisar as determinações inauguradas pela dinâmica do capitalismo de sua época, precisamente o avanço das forças produtivas e o processo de socialização da política, Gramsci, na esteira de seus antecessores, *jamais* a secciona da totalidade na qual emerge, *jamais* lhe retira ou desbota das lutas entre as classes sociais existentes na vida social. Desse modo, o marxista sardo argutamente averiguava que as entidades que compunham a sociedade civil havia se expandido e se adensado, desde 1870, através de uma miríade complexa, diferenciada e intrincada de trincheiras, casamatas e fortificações burguesas, responsáveis, simultaneamente, pela produção, expansão e blindagem dos interesses dos grupos dominantes.

O conceito de sociedade civil procura dar conta das formas pelas quais as classes e frações de classes em luta *organizam-se, articulam-se, produzem e disseminam visões de mundo (cultura, formas de ser, sociabilidades)* adequadas ou ao universo burguês, irradiando formas de dominação com vistas a assegurar a adesão dos setores subalternos (hegemonia) ou, ao contrário, à preparação da emancipação do conjunto dos explorados (contra-hegemonia). Ela é constituída por aparelhos privados de hegemonia (associações, sindicatos, partidos, clubes, jornais, revistas, igrejas etc) que, junto à sociedade política, constituem formas de organização da dominação burguesa, isto é, o Estado em seu sentido integral. Em Gramsci, *a sociedade civil é parte integrante do Estado*. Devido à dialética do pensamento de Gramsci, não há uma “distinção orgânica” entre Estado e sociedade, pano de fundo à formulação do “Estado integral”: o conjunto formado pela sociedade civil e política, cuja distinção é apenas metódica, com fins meramente analíticos.

Os interesses da burguesia eram produzidos, discutidos e divulgados no âmbito da sociedade civil, mas de fato ganhavam materialidade na sua inscrição, em forma de projetos de hegemonia, no âmbito do Estado restrito (órgãos, agências e aparelhos estatais) que, quando implementados, atingiam o *status* de “política pública”, conformando o particular em universal, procurando garantir o consentimento de outros grupos nacionais não dominantes. É na sociedade civil que as classes disputam e mantêm a hegemonia e a legitimidade necessária ao desenvolvimento dos seus projetos, sendo que “sua imbricação no Estado assegura que a função estatal de educação – o “Estado educador” – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes [...]” (FONTES, 2010: 138). Está claro que “isto significa que por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de

hegemonia ou sociedade civil” (idem: 254-255). Os aparelhos privados de hegemonia organizados na sociedade civil se esforçam em espriar, através dos intelectuais de seus orgânicos presentes no Estado, suas formas de dominação para o conjunto do tecido social.

Como assinalou Gramsci “trata-se, portanto, de estudar com “profundidade” quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição”. (GRAMSCI, 2002: 73). Estes elementos, como sabemos, estão organizados como uma multiplicidade de organismos pertencentes às formas organizativas das classes e frações de classes sociais fundamentais. Seus organizadores (sujeitos sociais concretos) são construtores e difusores de uma cultura (visão de mundo) própria das classes e frações de classes a que por herança pertencem ou a elas aderiram (neste caso seja porque ascenderam a elas ou pelo fenômeno político-ideológico do transformismo), tornando-se seus prepostos.

Além das funções educativas, propagandísticas e organizativas de seu grupo social, essenciais para a produção da coesão e disseminação da visão de mundo de suas classes e frações de classes, os intelectuais assumem vital importância nas intermediações ou conexões entre os organismos da sociedade civil e as agências da sociedade política. As funções conectivas dos intelectuais orgânicos são basilares na propagação e cimentação do conteúdo projetivo da visão de mundo construído nos e pelos aparelhos privados de hegemonia que por eles se fazem representar e expressar no interior das agências do Estado restrito. São sujeitos sociais que comportam e traduzem as tensões e contradições advindas das condições econômicas estruturais das relações sociais de produção e se esforçam por expressá-las em projetos de sociabilidade superestruturais mediante as correlações de forças sóciopolíticas presentes sociedade civil. Tal empreendimento se completa, ou melhor, se torna hegemônico se, e somente se, logram acionar e pôr em movimento mecanismos que consigam implementá-los como se fossem projetos emanados do próprio Estado restrito.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais” (...) (GRAMSCI, 2004: 41-42).

Sendo assim, torna-se inteligível a função estrutural do intelectual orgânico como *suporte e elemento de porosidade e conectividade* que concorre não apenas para a garantia do funcionamento ou da eficácia, mas, antes de tudo, da sobrevivência mesma do Estado

ampliado, como Estado que condensa, em sua materialidade, as relações sociais de forças entre as classes e frações de classes:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. (...) [ou] os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social [...]; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando de na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (idem: 20-21).

Os intelectuais orgânicos do capital apresentam, como uma das tarefas fundamentais, capilarizar no interior do aparato estatal restrito as demandas e prerrogativas econômico-corporativas dos setores e das atividades econômicas em que estão diretamente envolvidos. Porém, coligado aos objetivos econômico-corporativos imediatos de reprodução de ampliação das fatias de lucro dos capitais particulares de que são portadores ou prepostos, os intelectuais orgânicos do capital, como elementos destacados que simultaneamente criam, expressam e dão homogeneidade ao desenvolvimento da consciência de classe burguesa, trabalham em direção à superação dialética do momento meramente corporativo, incorporando-o, mas elevando-o a um momento ético-político, isto é, hegemônico, organizando as frações de classes a qual pertencem ou aderem com vistas à disseminação de uma sociabilidade do capital para o conjunto do corpo social.

### **3.0 - Vinculações dos conselheiros-empresários<sup>4</sup> com os demais órgãos da Sociedade Política**

Além de ser um fórum de convergência entre aparelhos privados de hegemonia empresariais e Estado restrito, o CDES também se credenciou como uma importante plataforma de *facilitação de abertura* de novos canais para a ampliação do ingresso do

---

<sup>4</sup> Conselheiro(s)-empresário(s) foi uma denominação por mim criada para se referir aos que se vinculam *diretamente* ao meio empresarial – de origem nacional ou estrangeira - por meio de empresas, grupos econômicos, associações ou entidades patronais. Trata-se de proprietários diretos de meios e/ou recursos de produção e de seus prepostos (executivos, diretores, chief executive officer (CEOs), gerentes) e/ou daqueles que detém cargos de destaque em associações de classe do patronato. O empresário não é apenas um intelectual restrito, isto é, organizador de sua indústria e do setor de sua influência imediata: o empresário também pode e precisa ser um “intelectual orgânico”, na medida em que “cria as condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (GRAMSCI, 2004: 15) por meio da atuação nas trincheiras, casamatas e fortalezas (aparelhos privados de hegemonia) que constituem a sociedade civil.

empresariado. As entidades empresariais, sabemos, já compareciam junto a órgãos, aparelhos e agências da sociedade política, mas a pesquisa sobre o CDES revelou que ele *contribuiu* para que tais entidades não apenas se mantivessem, mas também adentrassem em outros órgãos do Estado para a ampliação do seu escopo de intervenção e de atendimento de suas demandas. Os conselheiros-empresários pesquisados não apenas estavam entrelaçados no mundo dos negócios, nas variadas e distintas entidades da sociedade civil patronais e mercantil-filantrópicas que criaram ou às quais aderiram, mas também em outros órgãos do aparato estatal.

A ampliação empresarial do Estado, por *influência* do CDES, teve como carro-chefe a maior ocupação do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC) e suas agências. Este foi o aparelho estatal onde mais se abrigavam conselheiros-empresários do CDES. Basta lembrar que, nos dois governos Lula da Silva, Luiz Fernando Furlan, então presidente da Sadia, era um dos mais destacados empresários do capital produtor de valor, com conexão em várias entidades patronais da sociedade civil e muito reverenciado quando comparecia às plenárias do Conselho. Seu sucessor, Miguel João Jorge Filho, também destacado empresário que ocupara cargo de direção na Volkswagen (1988-2000) e no então Grupo Santander Banespa (2002-2007) – e entidades patronais destes setores –, quando então alçou ao cargo de ministro do MDIC, foi conselheiro-empresário do CDES entre 2003 e 2007.

Os conselheiros-empresários tiveram grande influência na criação de duas agências importantes para a sustentação das suas demandas: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI),<sup>5</sup> ambas ligadas ao MDIC. Segundo Garcia (2010: 46), subsecretário da Secretaria do Conselho, “a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que tem se mostrado essencial para garantir legitimidade às ações da recém-instalada Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, resultou de uma demanda dos conselheiros”.

A ligação mais orgânica do CDES com as demais agências da sociedade política foi com o CNDI. Criado em 2004, também era um órgão de caráter consultivo, com representantes de 13 ministros, 11 lideranças empresariais e de 3 representantes do setor laboral<sup>6</sup> e figurava como presidente o Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio.

---

<sup>5</sup> Os empresários no CDES que participavam da ABDI eram Daniel Feffer, Olavo Machado Jr. e Rodrigo Loures.

<sup>6</sup> Tiveram assento no CNDI os seguintes *empresários do CDES*: Ivo Rosset, Amarildo Macedo, Jorge Gerda, Maurício Botelho, Eugenio Staub, Luiz Carlos Delben, Miguel Jorge, Paulo Godoy. Do setor da *burocracia*

Segundo a lei 11.080/04 (que também criou a ABDI), tinha como “a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a promover o desenvolvimento industrial do País”.<sup>7</sup> De Toni (2013: 264), cujo objeto de pesquisa de seu doutorado foi sobre o CNDI, observa que

O CNDI debateu ao longo deste período (2004-2010), dezenas de assuntos relacionados à como viabilizar as propostas da PITCE e da PDP. A análise das reuniões evidencia que boa parte dos temas se concentraram em discussões sobre novas desonerações fiscais, setoriais ou transversais, diminuição ou suspensão de tributos em setores críticos para a indústria (bens de capital, por exemplo), ou naqueles temas relacionados à diminuição dos custos de produção, como a desoneração da “cesta básica”, por exemplo.

A listagem das pautas discutida no CNDI era sem dúvida menor e, em certa medida, replicava com que os conselheiros-empresários do CDES debatiam, o que, para tanto, contribuía o dúplice assento de alguns capitalistas nas duas agências. De fato, havia um entrelaçamento de pautas e de empresários. Na documentação do CDES havia menção aos trabalhos do CNDI, bem como nas reuniões plenárias. Ao que parece, o CDES absorveu e ampliou as pautas do empresariado presentes no CNDI, tanto que este último, a partir de 2007, segundo De Toni (2013: 185) “perdeu potência”:

Fato é que os dois conselhos sempre funcionaram com “pautas sintonizadas”. Podemos inferir também, que o “Conselhão” substituiu o CNDI, com espaço de “concertação”, no segundo mandato de Lula, na medida em que as políticas industriais propostas foram incorporadas nos temas da então chamada “Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND” e o próprio CNDI perdeu significado político (DE TONI, 2013: 256).

Deve-se estudar com mais profundidade as relações entre as duas arenas, mas nos parece que o peso econômico do conjunto do capital representado no CDES e seu papel propulsor e articulador de uma amalgamação intrasetores burgueses e de acionamento e obtenção tensionada do consentimento ativo dos grupos subalternos não alcançou paralelo no CNDI. Enquanto nesse último houve conquistas estritamente corporativas para alguns setores do capital produtivo, especialmente no âmbito da política industrial com a PITCE, no primeiro o propósito e o alcance exprimiam um projeto de sociabilidade muito mais amplo, isto é, ético-político.

---

*sindical* compareciam Antonio Neto (CGTB) e Luiz Marinho (CUT). Os *ministros* que participavam nos dois órgãos eram: Dilma Roussef, José Dirceu, Fernando Furlan, Paulo Bernardo, Celso Amorim, Henrique Meirelles e Ricardo Berzoini.

<sup>7</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L11080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11080.htm)>. Acesso 03/03/2015.

Além da ABDI e do CNDI, alguns conselheiros-empresários se faziam representar no Conselho Consultivo do Setor Privado da CAMEX (Câmara de Comércio Exterior) – o CONEX. Este órgão também era presidido pelo ministro do MDIC e integrante do Conselho de Governo da Presidência da República. Foi a arena estatal em que encontramos maior número de conselheiros-empresários (total de 10 empresários entre 2005 e 2010),<sup>8</sup> com a presença permanente de Marcelo Odebrecht e Roger Agnelli. De acordo com o site da CAMEX, compete ao CONEX “apresentar estudos e propostas de aperfeiçoamento da política de comércio exterior”. É composto por até 20 lideranças do setor privado e seus temas versavam acerca da ampliação e aprofundamento de estratégias de inserção das exportações brasileiras no comércio mundial, com o foco no Mercosul. Averiguando apenas os conselhos do CDES que participam do CONEX, nota-se que é mais uma agência predominantemente composta por destacados aparelhos privados de hegemonia empresariais e por representantes do grande capital monopolista.

No Ministério da Fazenda, principalmente por ocasião da crise econômica de 2008, foi criado o Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC) com larga presença de empresários do CDES. Também localizamos conselheiros-empresários em agências reguladoras (ANEEL e ANAC), no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Constatamos também que alguns deles detinham assentos nos conselhos de administração da Petrobrás e do BNDES. No âmbito estadual, havia empresários que participavam, ou registravam em seu histórico, órgãos, empresas públicas e bancos estaduais de desenvolvimento. Encontramos apenas seis conselheiro-empresários que se vinculavam a partidos políticos, sendo que a maioria com cargos no Legislativo (municipal, estadual e federal).

### **Quadro I - Vinculações dos Conselheiros-Empresários com os demais órgãos da Sociedade Política**

<b>Agências da Sociedade Política</b>	<b>Conselheiros-empresários</b>	<b>T</b>
<b>Conselhos e agências no MDIC</b>	Antonio Gil, Armando Monteiro Neto, Cledorvino Bellini,	17

<sup>8</sup> Eram eles, em 2005: Armando Monteiro Neto, Marcelo Odebrecht, Maurício Botelho, Roger Agnelli. Em 2008: Antonio Gil, Armando Monteiro Neto, Luiz Aubert Neto, Marcos Jank, Marcelo Odebrecht, Roger Agnelli. Em 2010 (re)assumem: Marcos Jank, Cledorvino Bellini, Marcelo Odebrecht, Robson Braga de Andrade, Paulo Godoy, Roger Agnelli. Disponível em <<http://www.camex.gov.br/legislacao/interna/id/700>> e <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2005/rescamex035-05.pdf>>. Acesso em 04/03/2015.

	Eugênio Staub, Ivo Rosset, Jorge Gerdau, Joseph Couri, Luiz Aubert Neto, Luiz Leite, Marcelo Odebrecht, Marcos Jank, Maurício Botelho, Miguel Jorge Fº, Paulo Godoy, Robson Braga de Andrade, Roger Agnelli, Rodrigo Loures.	
<b>Ministérios e órgãos estatais</b>	Antoninho Trevisan, Antonio Silva, Cláudio Conz, Fernando X. Ferreira, Humberto Mota, Luiz Aubert Neto, Joseph Couri, Maria Ferreira, Oded Grajew, Raymundo Magliano Fº, Rinaldo Soares, Rodrigo Loures.	12
<b>Conselhos de Administração de Empresas Estatais</b>	Benjamin Steinbruch, Fábio Barbosa, Fernando X. Ferreira, Humberto Mota, Jorge Gerdau, Roger Agnelli.	6
<b>BNDÉS</b>	Benjamin Steinbruch, Eduardo Vieira, Luiz Aubert Neto, Luiz Leite, Paulo Skaf.	5
<b>Secretarias e empresas públicas estaduais</b>	Humberto Mota, José Carvalho, João Campos, Maria Ferreira, Mauro Knijniki, Olavo Machado Jr., Paulo Godoy, Paulo Simão, Pedro Teruel, Robson Andrade.	10
<b>Bancos de Desenvolvimento Estaduais</b>	João Elísio Campos, Mauro Knijniki, José Mendo Mizael.	3
<b>Cargos eletivos</b>	José Carvalho (PTB/PR), João Elísio Campos (ARENA/PMDB/PR), Maria Ferreira (PMDB/MG), Pedro Teruel (PT/MS), Paulo Simão (PSD/MG), Maria Elvira Salles Ferreira (PMDB/MG).	6

Elaboração própria. Fontes: Site do CDES e pesquisas na internet.

Do total de 85 empresários que passaram pelo CDES entre 2003 e 2010, 40 deles, isto é, praticamente 50% vincularam-se às agências da sociedade política, além do próprio CDES, é claro. Nota-se que muitos empresários do CDES se entrelaçavam também nas agências da sociedade política. No caso do CNDI e do CONEX constituíram um “grupo de ação permanente” empresarial que transitava entre os dois órgãos. Com a crise de 2008, foi criado o Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC), no âmbito do Ministério da Fazenda, onde muitos desse núcleo empresarial do CDES estariam também presentes.

#### **4.0 - Os conselheiros-empresários no Grupo de Acompanhamento da Crise do Ministério da Fazenda (GAC)**

Empresariado e Estado não participavam da gestão conjunta da crise econômica apenas por meio do CDES. Outros canais no aparato estatal foram franqueados à participação de grandes empresários, muitos deles conselheiros do CDES. No final de 2008, foi criado, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC), renomeado em outubro de 2009 de Grupo de Avanço da Competitividade. Constituído por ministros, integrantes do governo e lideranças empresariais, o GAC, com reuniões mensais a partir de janeiro de 2009, estabelecia uma linha direta entre as mais expressivas lideranças empresariais e o núcleo econômico do aparato estatal, principalmente com o ministro da Fazenda

(coordenador do GAC), com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Miguel Jorge), com o presidente do Banco Central (Henrique Meirelles) e do BNDES (Luciano Coutinho).

A alegação para a criação do Grupo foi a “abertura de diálogo” com os setores empresariais para adequar e encaminhar medidas de contenção da crise em consonância com análises traçadas pelos setores econômicos. Na prática, porém, o GAC servia como espécie de “feira livre” para angariar novas e velhas demandas empresariais em que se acolhiam enxurradas de pressões setoriais e consensos intra-empresariais, tais como desonerações dos investimentos, incentivos fiscais e tributários, prorrogação de recolhimentos tributários, aceleração de devolução de créditos tributários, ampliação do crédito pelos bancos públicos, inclusive para micro e pequenas empresas, dentre outros, todos exaustivamente exigidos nas reuniões plenárias do CDES. Como alude reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”:

O “turbilhão” de pedidos tem deixado confusos os secretários do ministro da Fazenda, Guido Mantega, responsáveis pela análise das reivindicações. (...) “Está faltando bom senso”. O governo fica entre desonerar e garantir mais recursos na mão do contribuinte (empresa ou pessoa física) ou usar o aparato do Estado para garantir investimento e crédito que possam estimular depois a atividade econômica. (...) Dois integrantes da equipe econômica já confidenciaram que o GAC foi uma decisão errada, porque trouxe a crise e o lobby para a portaria do Ministério da Fazenda, onde ganham “voz mais amplificada” com a cobertura jornalística permanente.<sup>9</sup>

Com o GAC do Ministério da Fazenda os empresários mantinham relações diretas e mais próximas com quem orquestrava as decisões de política econômica do governo, o que certamente facilitava e deixava às claras os entraves e as exigências para realização de programas dos setores do capital, sem precisarem se preocupar em acenar com a “concertação”, de trabalhosa e paciente construção, exigida por um Conselho de composição híbrida, como o CDES.<sup>10</sup> Em suma, era um canal por onde o empresariado poderia agir com maior fluidez, deslocando os formatos clássicos de sua participação no Estado ampliado através de novos acessos mais diretos para a gestão da crise, tendo como mote o combate à

---

<sup>9</sup> Jornal o Estado de São Paulo, “Ministério da Fazenda virou “Porta da Esperança”, reportagem de Adriana Fernandes, 28 de fevereiro de 2009. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-da-fazenda-virou-porta-da-esperanca,331445>>. Acesso em 14/01/2015.

<sup>10</sup> Não havia representação sindical-laboral nas reuniões do GAC. Por isso, queixou-se o conselheiro Arthur Henrique (CUT) na 32ª reunião plenária no sentido de “cobrar a participação dos trabalhadores no grupo de acompanhamento ou grupo de aumento da competitividade, para que possam participar efetivamente desse grupo discutindo, inclusive, as contrapartidas em relação a tão importantes medidas que foram apresentadas aqui. Temas como o trabalho decente e a garantia do emprego como contrapartidas sociais importantes devem ser mais bem debatidos” (SRI. SEDES: 20).

crise econômica, permitindo a maior coesão interna da classe e consistência à articulação com a alta burocracia estatal.

Pode-se até mesmo trabalhar com a hipótese de que as decisões realmente mais relevantes, complexas e espinhosas, que demandavam sintonização e sincronização apuradas entre os grandes capitalistas e entre esses e as equipes ministeriais responsáveis pela condução direta da política econômica e acompanhamento da crise, tivessem sólidos encaminhamentos ou mesmo deliberações concretas fixadas no âmbito do GAC e que, noutra ocasião, estas chegassem ao CDES por meio das apresentações ministeriais como se fossem de atendimento das demandas do Conselho, servindo como forma tática de legitimação e de afastamento de divergências do CDES ou do próprio governo. Há pelo menos duas dificuldades na comprovação desta hipótese: i) desconhecemos a existência de atas ou relatórios do GAC; ii) seria no mínimo imprudente considerar que o papel relevante do GAC nas medidas adotadas teria apagado ou dirimido a importância de outros meios, instrumentos e canais empresariais na influência e condução conjunta desse processo. Esclarecer a conexão concreta (e o peso relativo) dos diferentes aparelhos privados de hegemonia em sua relação com o Estado brasileiro exige pesquisas documentais nas aquinhoadas fortalezas empresariais da sociedade civil e o acompanhamento das medidas (portarias, decretos, projetos de lei) expedidas pelos aparatos estatais decisórios, ou seja, os que compõem o “núcleo do poder” de Estado, isto de um lado. Do outro, caberia investigar minuciosamente a composição e a trajetória (formação acadêmica, vínculos profissionais, publicações, circuitos de participações eventos nacionais e internacionais) dos operadores econômicos e políticos proeminentes de tais agências estatais.

De qualquer modo, os mais destacados intelectuais orgânicos do capital no CDES pareciam trabalhar simultânea e conflituosamente em diferentes momentos da consciência política coletiva burguesa: ao bradarem pela resolução de seus problemas pontuais e setoriais davam mostras de que não estavam capacitados a transcender o nível econômico-corporativo das relações de forças; ao procurarem (também) no CDES o aperfeiçoamento do programa social-liberal (expresso no projeto “desenvolvimento com inclusão social”), assimilando e promovendo compromissos com os segmentos subalternos da coalizão presentes, buscavam alçar à condição da direção hegemônica. Na verdade, no nosso entender, trata-se de divisões não excludentes e complementares de ações organizativas dos setores dominantes, conformando frentes de ação multidirecionais da luta e da intervenção política dos dominantes, a qual se traduz por meio da unidade projetiva de sociabilidade

(operacionalização da hegemonia), que carrega e responde à diversidade de unidades de acumulação competitivas, isto é, ao plano da produção e do interesse setorial. Parece-nos que, no Brasil recente, a oxigenação contínua da hegemonia precisa operar em nome dos subalternos, por meio da adesão ativa ou passiva, mas sem jamais abarcar o que é essencial. Gramsci assinala o movimento que se pretende captar e entender:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forma um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2002: 48).

A capacidade de articulação do empresariado presente no CDES, organizado em frentes de ação na sociedade civil e política, de construir e formatar objetivos gerais de sociedade e de operacionalizar ações requeridas no campo corporativo-imediato, não é tributário apenas das condições advindas de crise. Mas o fato é que, na situação de gestão da crise sob o governo Lula da Silva, o Estado ampliado tendeu a abrir ainda mais suas comportas para a vazão dos interesses dominantes, ainda que tal ampliação continuasse atravessada por novas modalidades de seletividade. Esse parece ser um caminho analítico sólido para o caso dos empresários que participavam tanto do GAC quanto do CDES.

#### **Quadro II – Empresários participantes do CDES e do GAC (MF) e suas vinculações com demais agências do Estado restrito (2003-2010)<sup>11</sup>**

<b>Conselheiros</b>	<b>Entidades</b>	<b>Vinculações com o Estado restrito (além do GAC)</b>
<b>Armando Monteiro Neto</b>	CNI	Membro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (PMDB-PTB).
<b>Claudio Elias Conz</b>	ANAMACO	Membro do Conselho Curador do FGTS representando a Confederação Nacional do Comércio (CNC); Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH) – ligado ao Ministério das Cidades.
<b>Fábio Coletti Barbosa</b>	FEBRABAN	Membro do Conselho de Administração da Petrobrás (2003-2011).

<sup>11</sup> Outros empresários participavam do GAC, mas não eram conselheiros apesar de suas entidades ou grupos econômicos dele fazerem parte: um representante do Grupo Pão de Açúcar que não conseguimos identificar o nome; Melvin Fox, presidente da ABRAMAT e Aginaldo Diniz Filho, presidente da ABIT. Ressaltamos a dificuldade em conhecer os empresários membros do GAC já que nunca foi divulgada uma lista de nomes que o compunha. Boa parte dos conselheiros-empresários que figuram no quadro II foi identificada por fotos tiradas da mesa de trabalho GAC, recolhidas no Banco de Mídia da CNI. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/bm/albuns/cni/18513/6a-reuniao-do-grupo-de-acompanhamento-da-crise#prettyPhoto>>. Acesso em 16/01/2015.

<b>Jackson Schneider</b>	ANFAVEA/ FIESP	Membro do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.
<b>Jorge Gerdau</b>	FIESP/IEDI/ IBS/MBC/ Instituto Millenium/ Todos pela Educação	Membro do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobras, Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Membro do Conselho de Ciência e Tecnologia (MCT). Coordenador da Câmara de Gestão e Planejamento do Governo Federal. Presidente do Conselho do Prêmio Qualidade do Governo Federal.
<b>Luiz Aubert Neto</b>	ABIMAQ/ CNI/ FIESP	Membro da Junta FINAME do BNDES, Conselheiro do CONEX – Conselho Consultivo do Setor Privado da CAMEX, Membro do Conselho de Agronegócio – CONSAGRO do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
<b>Paulo Safady Simão</b>	CBIC/FIEMG	Não encontradas.
<b>Paulo Godoy</b>	ABDIB/ CNI/ FIESP	Membro do CNDI – Conselho Nacional para o Desenvolvimento Industrial.
<b>Joseph Couri</b>	ASSIMPI/ PNBE/ CIESP	Faz parte do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa do MDIC.

**Elaboração própria.** Fontes: Site do CDES e pesquisas na internet.

Dos nove conselheiros-empresários participantes no CDES e no GAC, não encontramos outros laços de vinculação ao Estado restrito apenas no caso do empreiteiro Paulo Simão (presidente da CBIC), que também foi presidente do diretório PSD em Minas Gerais a partir de 2011. De toda forma, é evidente que muitos outros empresários instalados no CDES circulavam em várias agências da sociedade política durante os governos Lula da Silva, preferencialmente no Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), como mostramos no quadro I.

Três empresários se envolviam simultaneamente nas discussões no GAC (MF) e marcavam expressiva presença no total de eventos e plenárias do CDES (acima de um terço) sobre a crise econômica: Paulo Simão (CBIC), Paulo Godoy (ABDIB) e Joseph Coury (ASSIMPI). Deve-se dar a devida atenção, nos termos de seus limites e alcances, às insistentes intervenções desses empresários no CDES e à sua militância na organização política de frações da burguesia. Especialmente no período de crise, juntamente com outros empresários de destacadas intervenções nas plenárias e participações nas instâncias internas e em eventos (Antoninho Trevisan, Murilo Aragão, João Bosco Borba, Armando Monteiro Neto), contribuíram para que suas demandas fossem acatadas, consoante as apresentações das políticas implementadas (ou em via de sê-las) por parte de Guido Mantega, de Luciano Coutinho, de Miguel Jorge e de Henrique Meirelles nas plenárias do CDES.

Apontavam estas autoridades para medidas que beneficiavam o setor da construção civil, o setor de obras para infraestrutura, as micro e pequenas empresas e o setor de máquinas e equipamentos,<sup>12</sup> principalmente no que tange aos recursos creditícios para financiamento e investimento, fator reconhecido entre eles como sendo o principal canal de propagação da crise no Brasil e, não por acaso, exigido inúmeras vezes pelos conselheiros nas plenárias no período de crise.

As estratégias de combate à crise advogadas pelo Conselho foram pensadas e articuladas a partir da lógica mercantil-empresarial, como formas de impulsionar a ampliação da reprodução das relações capitalistas de produção expressas não apenas pelo *conteúdo das propostas operadas* – apresentado nos debates das plenárias, nas propostas contidas nos documentos do Conselho e pelas exposições da equipe ministerial – mas também pela *intermitente ação política e incontestável composição majoritária empresarial* tanto das instâncias internas criadas pelo Conselho quanto dos fóruns inaugurados na sociedade política (GAC/MF, por exemplo).

Por meio destas frentes de formulação e de ação (propositivas e organizativas), as associações empresariais puderam lograr acesso e comunicação direta com um dos centros de exercício do poder institucionalizado (GAC/MF), preparando e ajustando os termos julgados necessários para a condução empresarial da crise e legitimando-as quando levadas e discutidas para o aval e a fiança do CDES.

## 5.0 – Conclusão

A abertura de novos canais de ingerência empresarial no interior do aparato estatal foi evidente durante os governos Lula da Silva. Intelectuais orgânicos do grande capital monopolista vinculavam-se em vários e distintos órgãos e agências do Estado restrito com o intuito de implementar suas políticas setoriais, apresentando-se como partes de um projeto de caráter e conteúdo nacional, isto é, cujo conteúdo “novo-desenvolvimentista” precisava ser apresentado como elaborado e emanado do próprio Estado restrito, tornando as demandas particulares de setores do capital em políticas públicas de desenvolvimento para todo o país.

---

<sup>12</sup> Os incentivos à indústria automobilística também eram anunciados nas plenárias do Conselho por algumas autoridades governamentais, inclusive pelo próprio Lula da Silva. O conselheiro Jackson Schneider, presidente da ANFAVEA, no período de crise econômica, contudo, não era daqueles que mais participavam dos eventos e das intervenções nas plenárias, pelo contrário. Presume-se que o CDES não era o canal prioritário a manutenção e ampliação dos interesses deste setor.

Para tanto, tais intelectuais orgânicos contaram com um arranjo institucional capaz de viabilizar a ampliação do Estado a partir dos interesses empresariais, alguns denominados “democráticos”, como no caso de alguns conselhos (CDES e do CNDI, por exemplo), alargando o campo de ação e de intervenção de setores dominantes no seio do próprio Estado. Em nome do “aprofundamento democrático” e do “desenvolvimento com inclusão social”, o novo operador político da burguesia (a direção do Partido dos Trabalhadores), ao lado da cúpula da burocracia sindical cutista, promovia a adequação político-institucional necessária para que os aparelhos privados de hegemonia representativos do grande capital, através de seus intelectuais orgânicos, operacionalizassem o exercício da direção do projeto de sociabilidade empresarial no interior do Estado restrito.

Sendo assim, os governos Lula da Silva promoveram o aprofundamento da histórica marca seletiva e unilateral da composição burguesa do Estado no Brasil. Tal composição foi, contudo, azeitada a partir da inserção de outros sujeitos sociais não empresariais em alguns fóruns tripartites ou híbridos. No caso do CDES, tanto a composição empresarial majoritária da sua plenária quanto o conteúdo de seus principais documentos estratégicos revelaram que, apesar das tensões existentes, a trajetória de atendimento das pautas empresariais não apenas se manteve, mas ganhou direção hegemônica, dada pelo consentimento ativo dos segmentos não empresariais ali representados às demandas dos intelectuais orgânicos da grande burguesia, não sem conseguirem inserir reivindicações parcelares e ressignificadas dos setores populares, mas esterilizadas de qualquer expressão da luta anticapitalista.

## **5.0 - Referências Bibliográficas e Fontes:**

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE TONI, Jackson. *Novos arranjos institucionais na política industrial do governo LULA: a força das novas ideias e dos empreendedores políticos*. Tese de doutorado em Ciência Política, Brasília: UnB, 2013.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento: um relato particular. In: CARDOSO JR., José Celso, SANTOS, José Celso e ALENCAR, Joana. *Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 2ª ed, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*, v. 2. Os Intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Ata da 32ª Reunião Plenária*. Brasília, dezembro de 2009. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/evento/3944/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-32.html>>. Acesso em 21/03/2015.

VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.